

ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DA TEMÁTICA AMBIENTAL: UMA ENTREVISTA COM A PROFESSORA MARIA SALETE SOUZA DE AMORIM

SOME REFLECTIONS ON THE ENVIRONMENTAL THEME: AN INTERVIEW WITH
PROFESSOR MARIA SALETE SOUZA DE AMORIM

INTRODUÇÃO

O presente texto é uma entrevista realizada com a professora Maria Salete Souza de Amorim, do Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (NUCLEAR/FFCH/UFBA). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP/UFBA), participa do Grupo Methodos – Grupo de Pesquisa em Metodologia Política, vinculado ao Departamento de Ciência Política, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, e integra a equipe do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Estudos Interdisciplinares e Transdisciplinares em Ecologia e Evolução (INCT IN-TREE), colaborando com projetos de integração com a sociedade. Nesta entrevista, abordamos a temática ambiental à luz das Ciências Sociais, focalizando a experiência de pesquisa e de extensão vivenciada pela professora na área de políticas públicas ambientais, um tema atual e relevante no cenário nacional. Assim, segue a entrevista.

¹ Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (PPGCS/UFBA), e Pós-Doutorando pelo mesmo programa, sob a supervisão da profa. Lídia Cardel. E-mail: janciso@yahoo.com.br

ENTREVISTA

[Janilson Alves Magalhães] A senhora pode falar, de modo sucinto, a respeito da sua trajetória enquanto pesquisadora e do seu interesse pelo tema das políticas públicas ambientais?

[Maria Salete S. Amorim] Em primeiro lugar, Janilson, agradeço a você e à Revista Prelúdios pelo convite para conceder esta entrevista e tratar de um tema bastante atual e relevante no cenário político nacional e internacional. O campo de estudos ambientais reúne pesquisas de diversas áreas do conhecimento, e comumente adota perspectiva interdisciplinar para responder à complexidade do tema. Ao falar da minha trajetória profissional e sobre meu interesse em políticas públicas ambientais, começo dizendo que sou “andarilha”: sou natural de São Paulo, capital, e mudei-me para o sul (Toledo, PR, e Porto Alegre, RS) e do sul para o nordeste (Salvador, BA). Após a conclusão da graduação em Ciências Sociais (licenciatura e bacharelado), eu ingressei no Mestrado em Ciências Sociais (1995), na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), cujo objeto de estudo foi processo eleitoral, mídia e democracia no Brasil, sob orientação da professora Vera Chaia. Nesse período, atuei também numa organização não governamental (ONG), Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo (CEDHEP), em São Paulo, contribuindo para a formação política de lideranças de comunidades e prestando assessoria a movimentos sociais e ONGs através da realização de planejamento estratégico participativo e de elaboração de projetos sociais. Foi uma experiência muito importante na minha vida pessoal e profissional. Posteriormente, realizei o Doutorado em Ciência Política (2003), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), propondo uma discussão sobre cultura política e decisão eleitoral, sob a orientação do professor Marcello Baquero. Foi durante o período do doutoramento que me aproximei da temática ambiental, ao participar da pesquisa “Capital Social e Desenvolvimento Sustentável na construção da cidadania e melhoria da qualidade de vida: um estudo comparado entre cidades do Brasil, Uruguai e Chile” (2005-2007), coordenada pelo professor Baquero, que teve como objetivo analisar a percepção dos cidadãos sobre o impacto da pobreza e da exclusão social na qualidade da democracia em três cidades latino-americanas. Para mim, foi um dos melhores momentos como pesquisadora, pois tive a oportunidade de aprofundar aspectos teóricos e metodológicos de uma ampla pesquisa, ao mesmo tempo em que me identifiquei com três novas áreas de pesquisa: qualidade da democracia, sustentabilidade ambiental e pesquisa comparada.

Durante os anos que trabalhei na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) (2000-2010), houve maior proximidade com a área de políticas públicas. Na ocasião, coordenei o Curso de Especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental nos Municípios, um curso que visava atender, especialmente, a uma demanda de servidores públicos da região oeste paranaense. Foi uma ótima experiência para aprofundar os estudos da área de gestão pública e de planejamento estratégico. Do sul do país mudei-me para o nordeste. Cheguei em Salvador em 2010 e ingressei na Universidade Federal da Bahia, no Departamento de Ciência Política. Após alguns anos, a partir de projetos de extensão desenvolvidos na Chapada Diamantina, retomei a temática ambiental, avaliando o processo de formulação e de implementação de políticas ambientais na Bahia. E em 2015, a convite da professora Lídia Cardel e do professor Antônio Câmara, passei a compor a equipe do Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais (NUCLEAR/UFBA), com a linha de pesquisa “Democracia e Análise de Políticas Públicas Ambientais”. E em 2016, a convite do prof. Charbel Niño El-Hani, do Instituto de Biologia (IBIO), da UFBA, eu e a professora Lídia Cardel iniciamos nossa participação no INCT IN-TREE, para colaborar com projetos de integração com a sociedade. “O instituto agrega 14 Projetos Temáticos (PT’s) e 5 Projetos Integradores (PI’s) e tem como objeto central a relação entre ciência, tecnologia e sociedade, bem como o desenvolvimento de projetos de pesquisa em ecologia e evolução”².

[Janilson Alves Magalhães] A partir da sua experiência com trabalhos em comunidades e de estudos sobre políticas ambientais, como a senhora vê a relação entre seres humanos e natureza?

[Maria Salete S. Amorim] Ao longo dos anos, realizando pesquisas e atividades de extensão junto a comunidades rurais, foi possível constatar, na prática, que a relação entre natureza e indivíduos é bastante complexa. Por um lado, a natureza oferece uma diversidade de recursos e benefícios para os indivíduos, contribuindo para a qualidade da vida humana. Por outro lado, os indivíduos usufruem da natureza, explorando os recursos naturais, mas nem sempre agindo no sentido de preservar os recursos naturais, a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos. Neste cenário, as instituições públicas, as organizações ambientalistas e a sociedade como um todo são fundamentais para organizar, mediar e estabelecer regras quanto ao uso dos recursos naturais. Dada a complexidade da temática

2 Mais informações sobre os projetos do INCT-IN-TREE disponíveis em: <https://intree.org/>. Acesso em: 13 jul. 2023.

ambiental, concordo com a proposta de Klaus Frey (2000) sobre integrar duas abordagens relevantes na análise de políticas ambientais no Brasil: 1) o neoinstitucionalismo, que enfatiza os arranjos institucionais, os interesses e as estratégias políticas dos atores nos processos de decisão política; e 2) a análise de estilos políticos, que avalia a importância de se considerar fatores culturais na análise de políticas ambientais, pois atitudes democráticas e antidemocráticas estão presentes na cultura política brasileira e perpassam pelas instituições políticas e pelo desenho das políticas públicas. Portanto, há um contínuo embate entre os grupos de interesses e atores sociais que defendem diferentes lógicas de apropriação dos recursos naturais. E o que observamos nas comunidades rurais, cuja produção agrícola é de base familiar e de subsistência, é a defesa da sustentabilidade socioeconômica, com o uso responsável dos recursos ambientais para preservação da qualidade do ar, da água e dos solos. Gostaria de destacar aqui algumas experiências vivenciadas em Piatã, na Chapada Diamantina, BA, e em Siribinha, no município de Conde, BA. Desde 2015 realizo atividades de extensão na Chapada Diamantina, em parceria com a profa. Lídia Cardel (FFCH/UFBA), e com a profa. Blandina Viana (IBIO/UFBA), através de Atividade Curricular em Comunidade e Sociedade (ACCS), componente curricular ofertado aos alunos de cursos de graduação da UFBA. Nós tivemos oportunidade de realizar pesquisas e atividades de extensão junto a comunidades rurais, desenvolvendo oficinas de formação sobre políticas públicas, associativismo e cooperativismo, e aplicando metodologias participativas³, como o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), uma técnica bastante utilizada para definir diagnósticos da realidade local e propor resolução de problemas socioambientais (BROSE, 2010). O município de Piatã abriga muitas nascentes e monumentos naturais e se destaca por sua importância hídrica para o estado da Bahia. Dadas as suas características naturais relevantes, Piatã faz parte de duas Unidades de Conservação (UCs): Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE Nascente Rio de Contas) e Área de Proteção Ambiental (APA Serra do Barbado), ambas de uso sustentável. Observamos que a economia local é pautada na agricultura familiar, cuja produção agrícola é diversificada, com destaque para a produção de café, cana-de-açúcar, feijão, milho, mandioca e hortaliças, cujo excedente é comercializado em feiras livres do produtor. A comunidade da Ressaca, por exemplo, constituída de 25 famílias, expressou preocupação com o avanço do agronegócio na região, durante uma atividade de DRP, e decidiu elaborar um Plano de Ação Estratégico como pro-

³ Participei do podcast: EP. 35 I PODCAST IN TREE – METODOLOGIA PARTICIPATIVA. Podcast In-Tree, jun. 2021. **Podcast**. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1G2jBHrTYsxxVGBYQH8oRy>. Acesso em: 15 jul. 2023.

posta para o enfrentamento de problemas ambientais apontados pelos participantes da comunidade. Entre as ações, a comunidade da Ressaca decidiu apresentar proposta e concorrer no Edital Juventude Rural da Fundação Banco do Brasil/BNDES (2017), pensando justamente em viabilizar a permanência dos jovens no campo. Dessa forma, nós colaboramos na construção do Projeto “Fazenda Ressaca: Aqui tem Agricultura Familiar”, juntamente com outras instituições de apoio, e a proposta foi contemplada. Com os recursos advindos do projeto, foi possível a construção de uma cozinha comunitária para o processamento artesanal de frutas, capacitação de jovens da comunidade através de cursos de economia solitária e práticas agroecológicas e o consequente fortalecimento da agricultura familiar, do associativismo e da sustentabilidade socioeconômica na região. Na mesma ocasião, eu e a profa. Lídia Cardel participamos de um projeto promovido pela Aliança Internacional das Mulheres do Café (IWCA Brasil), em parceria com a Embrapa Café, que teve como objetivo promover maior visibilidade das mulheres na atividade produtiva do café. Essa iniciativa resultou na publicação de um livro digital (e-book), intitulado *Mulheres dos Cafés no Brasil* (AMORIM et al., 2017), no qual temos o seguinte capítulo: “O protagonismo das mulheres do café na agricultura familiar: o caso de Piatã e Abaíra, Chapada Diamantina, BA”, especialmente na produção de cafés especiais e orgânicos. As mulheres demonstraram em suas falas e experiências uma apreensão e sensibilidade para as questões de preservação e de conservação através da adoção de práticas de baixo impacto ambiental. Com o acirramento dos problemas socioambientais, especialmente decorrentes da atividade da mineração e da expansão do agronegócio, emergiu a Frente Socioambiental de Piatã (FSP), um coletivo criado em 2020 por representantes da sociedade civil, que tem promovido ações de enfrentamento na defesa do patrimônio natural e cultural da região (ver Instagram @frenteambientalpiata). Nesse contexto, realizamos diversas atividades de extensão em parceria com os representantes do coletivo da citada frente. Durante a pandemia da Covid-19, eu e a profa. Blandina Viana coordenamos uma oficina de DRP, na modalidade online, com a participação de 15 pessoas das comunidades locais, com a colaboração de estudantes da UFBA. Após discussão do diagnóstico e definição dos principais problemas a serem enfrentados, foi elaborado um plano de ação estratégico. Dentre as ações, os participantes propuseram: “coproduzir materiais didáticos para divulgação de conhecimentos locais e científicos e de informações técnicas, sobre uso da terra e educação ambiental”, algo que foi propiciado com a realização da ACCS: “Ciência, Comunicação e Cidadania: engajamento da sociedade civil em ações para conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos para criação

de uma política pública para Pagamento por Serviços Ambientais, PSA”, coordenada pela profa. Blandina Viana, que teve como objetivo: elaborar uma minuta de política de PSA para o município de Piatã e traçar propostas de projetos de monitoramentos ambientais participativos (VIANA et al., 2023). Participaram da atividade estudantes da UFBA, professores da rede pública de Piatã e membros da FSP. Ainda sobre a parceria com esta frente, participamos do Programa de Extensão “Entre-Laços: Tecendo parcerias Universidade-Sociedade”, uma iniciativa do Núcleo de Pesquisa, Extensão, Inovação e Criação (NUPEX/UFBA), que visa ampliar o impacto social da ciência produzida pela Universidade. Dessa forma, os representantes da FSP apresentaram as seguintes demandas: a) caracterizar as principais dúvidas de membros da comunidade de Piatã a respeito dos impactos (positivos e negativos) da implantação do empreendimento da mineradora Brasil Iron; b) caracterizar o *modus operandi* da implantação desse empreendimento em municípios da Bahia e avaliar os impactos que tiveram nos indicadores econômicos, sociais e ambientais; c) produzir materiais informativos que sistematizem essas informações e permitam comunicação com setores técnicos e com as comunidades locais⁴. Essas atividades ocorreram de modo presencial e remoto, e foi uma experiência excelente do ponto de vista da aprendizagem, da troca de conhecimentos e da construção colaborativa de ações práticas. Outro projeto que tive oportunidade de participar, coordenado pelo prof. Charbel Niño El-Hani (IBIO/UFBA), foi: “Pesquisa Etnoecológica, Educacional e de Conservação e Inovações Pedagógicas em Comunidades Pesqueiras de Conde-BA”, realizado em Siribinha e Poças, comunidades do litoral norte, BA, onde foram realizadas oficinas informativas e deliberativas, e elaborado plano estratégico para a resolução de problemas ambientais (DRP). Dentre as propostas, cabe destacar: o Plano de Ação para o Combate ao Lixo no estuário e nas praias, criação de um ecomuseu do Estuário do Itapicuru, onde o acervo seria composto por elementos do patrimônio ambiental e cultural e efetivação de um turismo ecológico, turismo de observação de aves e turismo cultural, dada a importância dos conhecimentos e práticas pesqueiras e a história das comunidades tradicionais. Diante da preocupação com a conservação do estuário, foi criado, através da Lei Municipal nº 968/2020, o Monumento Natural Península de Siribinha, uma unidade de conservação de proteção integral. Para quem quiser conhecer mais sobre o projeto e sobre a região, há um documentário intitulado “Pescando Artes - a cultura viva em Siribinha”, fruto de um trabalho colaborativo

4 Maiores informações em: <https://nupex.ibio.ufba.br/sites/nupex.ibio.ufba.br/files/piata.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

entre pesquisadores da UFBA e moradores/as, pescadores e marisqueiras de Siribinha⁵, além de muitos artigos publicados pela equipe do INCT-IN-TREE.

[Janilson Alves Magalhães] De que maneira a senhora avalia as políticas ambientais aprovadas pelo Governo Bolsonaro?

[Maria Salete S. Amorim] Em recentes pesquisas sobre esse tema, foi possível avaliar que a política ambiental brasileira, nos últimos anos, a despeito de alguns avanços, tem apresentado significativos retrocessos que se refletem em altos índices de desmatamento e degradação ambiental, crise climática e hídrica, e ameaça aos direitos dos povos tradicionais. O Governo Bolsonaro implementou medidas que impulsionaram uma governança ambiental pautada no neoextrativismo, uma forma intensiva de exploração dos recursos naturais e de alto custo ambiental, contrariando legislação nacional e internacional de proteção ambiental (MENEZES; BARBOSA JR., 2021). Em levantamento feito em websites de organizações ambientalistas, como a WWF Brasil, Fundação SOS Mata Atlântica, Greenpeace Brasil, Instituto Socioambiental, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia e Observatório do Clima, verificamos que, entre as medidas do Governo Bolsonaro mais criticadas por estas organizações, destacaram-se: a transferência de competências de ministérios, a desestruturação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) – visando o esvaziamento político de entidades de representação da sociedade, a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), as restrições orçamentárias e ineficiência dos órgãos de fiscalização e monitoramento ambiental, a aprovação de normas ambientais mais flexíveis, que favoreceram a expansão do agronegócio e da mineração, impactando diretamente nos territórios de unidades de conservação indígenas e quilombolas, a omissão do governo durante a pandemia da Covid-19 e a inação do governo diante do aparecimento de manchas de óleo no litoral do nordeste, entre outras críticas. Os atos normativos instituídos pelo Governo Bolsonaro deixaram claro que a gestão atuava no sentido contrário da preservação do meio ambiente, pois a política ambiental estaria sendo um entrave ao suposto “desenvolvimento econômico” do país, dentro da lógica predatória de expropriação dos recursos naturais. A preocupação dos ambientalistas era de que esses atos e decretos se transformassem em leis, pois alguns projetos foram propostos durante o referido governo e ainda tramitam no Congresso: projeto

5 LEFHBIO UFBA. Pescando Artes – a cultura viva em Siribinha. **Youtube**, 20 fev. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bYDRreP9roIo>. Acesso em: 15 jul. 2023.

de lei visando a liberação da pecuária em reservas legais, a redução de unidades de conservação, a regularização fundiária sobre a ocupação de terras situadas em áreas da União (conhecido como PL da Grilagem). Cabe destacar que as denúncias das organizações ambientalistas e a atuação do Ministério Público, através das promotorias ambientais, coibiram um desmonte ainda maior da área ambiental.

[Janilson Alves Magalhães] Quais os comentários que podem ser feitos sobre a metáfora “passar a boiada”, proferida pelo ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e quais as implicações reais dessa fala para as políticas ambientais brasileiras?

[Maria Salete S. Amorim] De fato, durante uma reunião ministerial (abril de 2020), o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, expressou descaso frente à pandemia da Covid-19 e sugeriu que era o momento de “passar a boiada”, simplificando todas as regras e normas que impediam, na sua concepção, a eficiência do mercado e do desenvolvimento econômico. A estratégia de Salles era decretar a desregulamentação ambiental enquanto a atenção da mídia e da sociedade estava voltada para o enfrentamento da Covid-19. Essa atitude revelou o quanto era arbitrária, autoritária e irresponsável a gestão ambiental do Governo Bolsonaro. O Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), a partir de uma análise das medidas provisórias e decretos implementados pela gestão de Bolsonaro, buscou identificar o nome dos “bois”, avaliando quais as normas que favoreciam maior risco para a redução do nível de proteção ambiental. Dessa forma, a desregulamentação e o enfraquecimento do papel dos órgãos ambientais na esfera federal foram analisados em três blocos: normas que visavam flexibilizar a fiscalização e a punição de crimes ambientais, normas que visavam desestruturar os órgãos ambientais e normas que visavam enfraquecer a atuação do Ministério do Meio Ambiente⁶. No afã de seguir “passando a boiada”, Ricardo Salles foi denunciado pela Polícia Federal por crimes de advocacia administrativa, organização criminosa e obstrução a operações após a maior apreensão registrada de madeira ilegal da Amazônia, em maio de 2021. “A investigação apontou desmatamento ilegal, grilagem de terra, fraude em escrituras e exploração madeireira em áreas de preservação permanente”⁷.

6 CARDOSO, A. Dando nome aos bois. **INESC**, 27 maio. 2021. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/dando-nome-aos-bois-analise-das-medidas-infralegais-para-o-meio-ambiente-nos-primeiros-dois-anos-do-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

7 OLIVEIRA, J. C. Delegado detalha denúncias de crime ambiental contra Ricardo Salles; deputados governistas criticam investigação. **Câmara dos Deputados**, 26 abr. 2021. Disponível em: <https://www.>

No mês seguinte, Salles foi exonerado do cargo, entretanto, a política do Governo Bolsonaro se manteve inalterada para a área do meio ambiente.

[Janilson Alves Magalhães] Quais os possíveis caminhos para enfrentar e resolver sérios problemas, como desmatamento, poluição das águas (dos rios, mares etc.), utilização de agrotóxicos nas lavouras e mudanças climáticas no Brasil (e no mundo)?

[Maria Salete S. Amorim] Essa questão é importante e bastante complexa. Vivemos em um cenário onde os problemas socioambientais estão se intensificando a cada dia, e direitos humanos e ambientais estão sendo desrespeitados. Como garantir aos cidadãos um meio ambiente ecologicamente equilibrado, quando as decisões políticas são pautadas no modelo de desenvolvimento agroexportador e na lógica mercantil, em detrimento da preservação ambiental? Ao longo do Governo Bolsonaro, mais de 2.000 agrotóxicos foram liberados no Brasil, especialmente para uso nas monoculturas de exportação, implicando em maior risco de contaminação do solo, dos rios e das águas subterrâneas. Como a sociedade pode enfrentar esse problema? Exercendo a cidadania ambiental: elegendo governos e parlamentares mais comprometidos com a questão ambiental, apoiando e/ou participando diretamente de organizações ambientalistas, promovendo boas práticas sustentáveis, seja no contexto rural ou urbano. Elinor Ostrom, primeira mulher a receber o Prêmio Nobel de Economia, em 2009, já nos apontava alguns caminhos, especialmente sobre a governança de bens comuns. Na visão da autora, a governança é a capacidade das sociedades de gerir o bem comum, agir em prol de interesses coletivos, de modo a evitar o esgotamento dos recursos naturais e assegurar a sustentabilidade socioeconômica e ambiental. Os trabalhos de Ostrom revelam-se bastante atuais e pertinentes para analisar os problemas ambientais do Brasil e pensar alternativas para resolução de conflitos socioambientais (OSTROM, 1990; 2010). Sobre as mudanças climáticas, os setores de maior emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE), como energia, transporte, resíduos, desmatamento, pecuária extensiva e avanço da fronteira agrícola, têm se fortalecido dentro de uma política ambiental que parte da premissa de que não existe limite para a exploração dos recursos naturais. Carlos Nobre tem alertado que estamos vivenciando uma das mais graves crises climáticas do planeta, provocada principalmente pelo aumento do desmatamento e da degradação florestal (extração de madeira, de forma ilegal).

camara.leg.br/noticias/751046-delegado-detalha-denuncias-de-crime-ambiental-contra-ricardo-salles-deputados-governistas-criticam-investigacao/. Acesso em: 15 jul. 2023.

De acordo com o climatologista, o Brasil poderia ser um dos primeiros países a atingir a política de carbono zero através da restauração florestal e do fortalecimento da agricultura sustentável – a chamada agricultura regenerativa⁸. Isso requer uma decisão política por parte dos governos e dos parlamentares, eleitos diretamente pelos cidadãos brasileiros.

[Janilson Alves Magalhães] Qual deve ser o papel da ciência nesse processo, sobretudo o da Ciência Política?

[Maria Salete S. Amorim] A ciência tem um papel importantíssimo na sociedade, pois está sempre gerando novos conhecimentos e tecnologias nas diversas áreas do saber. O conhecimento científico pode contribuir com mudanças na área ambiental de forma mais efetiva quando promove maior aproximação e diálogo entre cientistas e sociedade. A abordagem transdisciplinar responde melhor a esse desafio, pois reúne condições para fomentar a construção do conhecimento, estabelecendo uma interação entre a ciência e a sociedade, e possibilitando tomadas de decisão socialmente responsáveis, inclusive, subsidiando a elaboração de políticas públicas. É uma forma de democratizar o acesso ao conhecimento científico e engajar os(as) cidadãos(ãs) na coprodução do conhecimento e na resolução de problemas socioambientais. Democracia e qualidade ambiental são temas que fazem parte da agenda de pesquisa das Ciências Sociais, e o tema tem ganhado relevância na Ciência Política nos últimos anos. Entre as contribuições da Ciência Política podemos destacar a análise do papel das instituições, das organizações e dos diferentes atores sociais e grupos de interesses nos processos decisórios, de elaboração e implementação de políticas públicas ambientais. Buscando conhecer a recente produção acadêmica de autoria ou de coautoria de cientistas sociais, observamos que, no período entre 2015 e 2022, foram publicados 40 artigos com temática ambiental em nove periódicos nacionais, classificados na área de Ciência Política e Relações Internacionais como Qualis A1. As publicações apresentaram uma grande diversidade de temas, com destaque para gestão de políticas ambientais, conflitos e impactos socioambientais, atual crise hídrica, questão climática, sustentabilidade e justiça ambiental, entre outros.

⁸ ENTREVISTA: Carlos Nobre afirma que mudanças climáticas são o maior desafio da humanidade. **Universidade Federal do Espírito Santo**, 18 nov. 2022. Disponível em: <https://www.ufes.br/conteudo/entrevista-carlos-nobre-afirma-que-mudancas-climaticas-sao-o-maior-desafio-da-humanidade>. Acesso em: 15 jul. 2023.

[Janilson Alves Magalhães] Enquanto pesquisadora e coordenadora, a senhora pode discorrer sobre o que considera mais relevante acerca da sua participação no NUCLEAR? Qual a importância dele para se discutir questões ambientais e pensar em estratégias que estimulem ações menos impactantes entre homem e natureza?

[Maria Salete S. Amorim] O NUCLEAR, vinculado à FFCH da UFBA, tem como objetivo desenvolver atividades de pesquisa, ensino e extensão no campo de estudos ambientais e rurais, com diferentes enfoques e olhares, especialmente das Ciências Sociais, e é composto hoje por mais de 40 integrantes, entre pesquisadores e estudantes de Graduação e de Pós-Graduação. Um núcleo de pesquisa como o NUCLEAR tem grande relevância para a universidade e para a sociedade, por ser um *locus* de debate contemporâneo e um espaço que possibilita o desenvolvimento de projetos científicos e a articulação de redes de pesquisadores através de convênios e parcerias nacionais e internacionais. A linha de pesquisa “Democracia e Análise de Políticas Públicas Ambientais”, na qual estou inserida, busca analisar temas relacionados à democracia, instituições políticas, grupos de interesses, fatores culturais e padrões de comportamento dos atores envolvidos, que repercutem diretamente no processo decisório e na formulação das políticas públicas ambientais. Como eu já disse anteriormente, temos realizado muitas atividades de ensino, pesquisa e extensão com abordagens participativas, de modo a promover o envolvimento e a interação de estudantes da UFBA com a sociedade, especialmente com comunidades rurais e urbanas, no tocante à compreensão dos problemas socioambientais e suas possíveis resoluções. Diante de tantos desafios existentes na contemporaneidade, como o neoextrativismo predatório e a consequente degradação ambiental, aumento do desmatamento e segurança alimentar ameaçada, entre outros, a perspectiva de um “futuro verde” para o Brasil está longe de ser realidade. Embora existam inúmeras iniciativas individuais e de cunho popular que visam práticas sustentáveis, que existam projetos desenvolvidos por organizações ambientalistas e movimentos sociais que fazem a diferença no meio ambiente e no planeta, e ainda que o atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, tenha assumido a pauta ambiental como uma das prioridades de seu governo, há muitos embates no campo político, especialmente no âmbito do legislativo, em que grupos de pressão e suas coalizões defendem interesses contrários aos da conservação e da preservação da biodiversidade. Portanto, trata-se de uma questão complexa, que envolve conflitos socioambientais por todo o país, e a população deve continuar atenta e exigindo uma gestão sustentável, com uso racional dos recursos

naturais, e a garantia do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme o Artigo 225 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), através de políticas públicas ambientais.

REFERÊNCIAS

AMORIM, M. S. S. et al. O protagonismo das mulheres do café na agricultura familiar: o caso de Piatã e Abaíra, Chapada Diamantina, BA. In: ARZABE, C.; MACIEIRA, J. C.; MENEZES, R. S. S.; BALIZA, D. P.; MOURÃO, T. F. (eds.). **Mulheres dos Cafés no Brasil**. Brasília, DF: Embrapa, 2017. E-book. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/171617/1/mulheres-dos-caf-s-no-brasil.epub>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 25 jul. 2022.

BROSE, M. (org.). **Metodologia participativa**: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

MENEZES, R. G.; BARBOSA JÚNIOR, R. Environmental governance under Bolsonaro: dismantling institutions, curtailing participation, delegitimising opposition. **Z Vgl Polit Wiss**, [S. l.], v. 15, p. 229-247, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12286-021-00491-8>. Acesso em: 15 jun. 2023.

OSTROM, E. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. Reino Unido: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, E. Polycentric systems for coping with collective action and global environmental change. **Global Environmental Change**, [S. l.], v. 20, n. 4, p. 550-557, out. 2010. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959378010000634>. Acesso em: 14 jun. 2023.

VIANA, B. et al. Construindo pontes entre universidade e sociedade: experiência de inserção da extensão em cursos de graduação. **Revista Extensão & Cidadania**, [S. l.], v. 11, n. 19, p. 67-83, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/recuesb/article/download/12752/7608>. Acesso em: 15 jun. 2023.